

**COLÉGIO PEDRO II**

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura  
Curso de Pós-Graduação em Teorias e práticas da Geografia  
Escolar

Maíra Coelho Chalfun

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE  
GEOGRAFIA:**

uma proposta de trabalho de campo no bairro carioca de  
Olaria

Rio de Janeiro  
2022



Maíra Coelho Chalfun

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA:**  
uma proposta de trabalho de campo no bairro carioca de Olaria

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Geografia, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Orientador: Professor Dr. Demian Garcia Castro

Rio de Janeiro  
2022

**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**  
**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**  
**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

C436 Chalfun, Maira Coelho

Educação patrimonial e o ensino de geografia: uma proposta de trabalho de campo no bairro carioca de Olaria/ Maira Coelho Chalfun. - Rio de Janeiro, 2022.

31 f.

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientadora: Demian Garcia Castro.

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Educação patrimonial. I. Castro, Demian Garcia. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Maíra Coelho Chalfun

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA:**  
uma proposta de trabalho de campo no bairro carioca de Olaria

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Geografia, vinculado à Pró-Reitoria de Pós- Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Demian Garcia Castro (Orientador)  
Colégio Pedro II / TPGE

---

Prof. Me. Marcus Vinícius Silva Gomes (Membro interno)  
Colégio Pedro II / TPGE

---

Prof. Dra. Sandra Sá Carneiro (Membro externo)  
UERJ / PPCIS

Rio de Janeiro  
2022

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA:**  
uma proposta de trabalho de campo no bairro carioca de Olaria

Maíra Coelho Chalfun

**Resumo:** O trabalho de campo é uma importante ferramenta didática para o ensino de Geografia, além de ter um papel fundamental para o histórico da disciplina. O presente trabalho tem por finalidade a elaboração de um roteiro de trabalho de campo sobre os patrimônios tombados presentes no bairro de Olaria, no município do Rio de Janeiro. Seu objetivo é levantar a discussão acerca do exercício do olhar geográfico sob a perspectiva da educação patrimonial como exercício de cidadania e direito à cidade. Assim como recurso didático metodológico no ensino de Geografia para alunos que tenham cotidiano presente no bairro.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial; Ensino de Geografia; Trabalho de Campo; Olaria; Subúrbio Carioca.

## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural já passou por muitas mudanças de significados e práticas desde a sua institucionalização no Brasil em 1937, porém existem questões norteadoras que devem sempre acompanhar as transformações sobre os processos de patrimonialização indispensáveis quando o tema for discutido na sala de aula, são elas: “Para que e para quem serve o patrimônio?” (WINTER, 2014, p. 75). A política do patrimônio foi criada para justificar uma suposta identidade nacional e, majoritariamente, conta a história de dominação de uma cultura sobre outras. Esta concepção tem se transformado e a discussão tem ganhado espaço em diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, no cotidiano.

A Educação Patrimonial (EP) enquanto metodologia de ensino a partir dos patrimônios orienta para a resposta dessas questões norteadoras e para também repeti-las com a intenção de se fazer refletir sobre os processos que envolvem os bens culturais. A EP deve ser feita de forma dialógica entre educandos e educadores para que o patrimônio seja apropriado por eles. Dessa forma, este trabalho utilizará a metodologia da Educação Patrimonial para discutir conteúdos da Geografia Escolar e o exercício do olhar geográfico no cotidiano.

Olaria, no subúrbio do Rio de Janeiro, foi o pano de fundo escolhido para o estabelecimento deste roteiro de campo pela sua grande potencialidade de bens culturais já tombados existentes no bairro. Os subúrbios do Rio de Janeiro são majoritariamente retratados na mídia enquanto lugares de carências, marcados por violência e moradias populares criando-se um imaginário de que estas características os definem em sua totalidade, enquanto apenas lugares de reprodução.

Neste sentido, esta pesquisa tem por finalidade a elaboração de um roteiro de trabalho de campo a partir dos patrimônios tombados presentes no bairro de Olaria sob a perspectiva da EP para se conhecer as dinâmicas da cidade a partir do lugar. O ensino de Geografia através da valorização da cultura, do sentimento de pertencimento e do resgate à memória como instrumento de transformação social. Tem por motivação o ensino de Geografia por uma perspectiva da história negada ao centro, dita subordinada; suburbana. O ensino de Geografia e uma geografia dos patrimônios escovado a contrapelo:

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, 1940, p. 225)

As principais referências para este trabalho serão a partir do Guia Básico da Educação Patrimonial (HORTA, 1999), sob a crítica ao método tradicional e inaugural da Educação Patrimonial por Demarchi (2018), o ensino de Geografia na vida urbana cotidiana por Cavalcanti (2008), o trabalho de campo como ferramenta didática por Castro (2020) e Azambuja (2012) e a perspectiva do Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio desenvolvido por Fernandes (2011).

## 2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA

A Educação Patrimonial foi apresentada como uma proposta metodológica de ensino mediada pelos patrimônios. Foi introduzida e consolidada no Brasil em 1999 com a publicação do Guia Básico da Educação Patrimonial (HORTA et al.). O Guia traz uma contribuição central na área, visto enquanto documento norteador e ainda hoje é comumente utilizado como primeira fonte de referência quando o assunto é Educação Patrimonial. No

Guia, são estabelecidas as diretrizes da metodologia pedagógica da Educação mediada pelos patrimônios culturais, intitulada Educação Patrimonial. Como ponto de partida, é importante mencionar que, neste período introdutório, o Guia aponta que a EP:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA et al., 1999, p. 4)

O Guia apresenta a Educação Patrimonial enquanto uma metodologia em que, depois de definido o objeto de estudo, a ação educativa se desenvolve por meio de quatro etapas e diretrizes metodológicas: a (1) observação, que tem por objetivo identificar o objeto ou a função, seu significado e o desenvolvimento dessa percepção sensorial e simbólica; o (2) registro, enquanto o aprofundamento da observação e análise, de forma que utilize a memória e o pensamento lógico, intuitivo e operacional; a (3) exploração, como uma análise da questão, interpretação de possíveis significados; e a (4) apropriação, que passa pelo envolvimento afetivo, participação do processo e a valorização do bem cultural (HORTA et al., 1999).

O Guia retoma em muitos momentos a necessidade e a urgência de se valorizar e preservar os patrimônios culturais, ao entender que a educação patrimonial enquanto prática didática interdisciplinar e metodológica é voltada para a valorização do patrimônio cultural, com o lema de que é preciso conhecer para preservar, compreendendo a valorização e a preservação do bem cultural como um fim e propósito da Educação Patrimonial.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. (HORTA et al., 1999, p. 4)

Em sua origem, o patrimônio e os órgãos de preservação atuaram ajudando a consolidar e a marcar a hegemonia das classes sociais dominantes, e, muitas vezes, ainda continuam a atuar nessa lógica. O discurso do patrimônio, quando foi institucionalizado no Brasil em 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tinha a intenção de reforçar uma identidade nacional através de uma perspectiva hegemônica e elitizada, conforme destacado por Demarchi (2021) “A história escrita pelo patrimônio cultural materializa a história dos vencidos, dos opressores”.

Desde a criação do IPHAN, em 1937, as noções e aplicações de patrimônio passaram por muitas mudanças. A princípio, quando inaugurada, a política do patrimônio foi utilizada para fundamentar uma identidade nacional que mostrasse e representasse um “sentido civilizatório”, diferenciando o Brasil de outras nações por meio da arte e da Cultura (RIBEIRO, 2014). Sendo uma decisão autoritária e limitadora de representação da cultura de um país por meio de itens pré-determinados sem participação popular. Porém, outras narrativas têm ganhado espaço nos dias de hoje. Uma delas carrega o sentido de transformação sobre a ideia de patrimônio, para que este se apresente e conte a história de populações marginalizadas, tradicionais e periféricas que não tem suas memórias representadas da mesma forma. Outra é de que esses patrimônios sejam indicados e

reconhecidos por eles e contribua para a valorização de suas culturas bem como suas próprias identificações.

A constituição brasileira determina uma certa ampliação da noção de patrimônio, destaca que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, artigo 216).

A partir deste momento, também são criados instrumentos de proteção do patrimônio que contribuem para a democratização do processo de patrimonialização, como destacou Demarchi (2021), especialmente a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial com a publicação do Decreto nº 3.551, em 2000, e a chancela da paisagem cultural, em 2009. Esses dois instrumentos sinalizam que a construção do valor do patrimônio é feito socialmente, reconhecendo não mais apenas os patrimônios de “pedra e cal”, mas também os de natureza imaterial. Esse período é marcado por grandes transformações de significados e sentidos no campo do patrimônio, assim como destacou o – então – ministro da Cultura, Gilberto Gil:

Pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial. (IPHAN, 2008, *apud* IPHAN, 2014, p. 14).

Entendendo o patrimônio enquanto campo de disputa, sobretudo identitária, é importante que tais mudanças e democratização dos processos de patrimonialização sejam mais apropriados pelos grupos sociais e comunidades, e que estes também se reconheçam no patrimônio. Para que não mais apenas um grupo hegemônico seja representado nos bens de um povo que, em sua realidade, é plural. O Guia Básico da Educação Patrimonial aborda em muitos momentos de seu texto a motivação de que é preciso *Conhecer para Preservar*, porém, hoje, é possível estender essa máxima e abordar a relação de outros fatores. Basta conhecer para preservar? É possível que hoje os grupos sociais conheçam os patrimônios mas não os preservem pois não se identificam neles; não se reconhecem.

Para a contribuição da sociedade no ideal de preservação dos patrimônios é necessário discutir outro modelo de sociedade e como ela será representada. É preciso que os diferentes grupos sociais participem do processo desde o início, como indica Ribeiro, “O patrimônio a ser reconhecido deveria ser aquilo que as pessoas valorizavam e não apenas o que ditavam os cânones artísticos e a história oficial” (RIBEIRO, 2014, p. 76). Então, não basta conhecer o patrimônio para entender a necessidade de sua preservação e valorização, é preciso também se reconhecer nele. E, mais que isso, também entender seu poder de escolha, enquanto grupo social, de determinar seus patrimônios pelo poder de representação de uma herança cultural e de identificação de uma comunidade. Por isso, abordar sob uma perspectiva da educação patrimonial nas aulas de Geografia pode ser um importante instrumento de transformação social, incentivando a investigação pelos educandos e educadores sobre seu cotidiano e espaço vivido, suas realidades e pensar seus referenciais de cultura e seus valores de seus bens culturais. É comum encontrar a metodologia da Educação Patrimonial abordada no ensino de História sob o ponto de vista de resgate à memória e seu uso prático em sala de aula. Mas é importante ressaltar o papel altamente relevante da Geografia, sobretudo da Geografia Escolar, no campo da Educação Patrimonial e também o de se aprender Geografia através dos patrimônios.

A Geografia Escolar, enquanto uma forma de interpretação do espaço e das relações sociais contribui para o desenvolvimento de um raciocínio geográfico, pautado na análise e interpretação da realidade a partir de sua espacialidade. Esse modo de pensar geográfico é indispensável para a compreensão de práticas sociais, já que são sempre práticas socioespaciais. (CAVALCANTI, 2008).

Por meio da formação e do entendimento dos conceitos da Geografia é possível desenvolver o raciocínio espacial. Esses conceitos dificilmente serão “transferidos” através do ensino de reprodução e memorização, sem qualquer instrumento de didática e aproximação do conteúdo para as realidades dos alunos, de acordo com Cavalcanti (2008, p. 48), “Trata-se de processos de construção de instrumentos simbólicos que ajudam na relação do sujeito com o mundo, operando mediações entre as representações cotidianas desse sujeito e a realidade objetiva”. Dessa forma, a partir de um ensino relacionado com o espaço vivido pelos alunos por uma abordagem dos conceitos geográficos, a metodologia da educação patrimonial contribui para o ensino de Geografia.

O trabalho de campo, instrumento imprescindível à Geografia, utilizado como método didático também permite um ganho significativo no processo de ensino-aprendizagem. O trabalho de campo, quando feito a partir do lugar como reforço de uma identidade territorial, é capaz de reafirmar e estimular o sentimento de pertencimento que influencia sua identidade, contribuindo para a formação de um sujeito político e agente transformador do espaço.

O lugar tem seu potencial altamente formador, trabalhar sob sua perspectiva no ensino de Geografia contribui para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa dos conteúdos da disciplina. E, nesse caso, ao trabalhar a herança cultural através de patrimônios e representação cultural de um grupo social, sua identidade, essencial nesse processo de patrimonialização, também é um elemento significativo do conceito de lugar. Neste sentido, abordar os conteúdos sob a dimensão do lugar permite um maior entendimento de elementos da realidade objetiva e global, além de maior compreensão de seu espaço vivido ao olhar para o seu próprio cotidiano por meio do raciocínio geográfico. Como nos diz Cavalcanti:

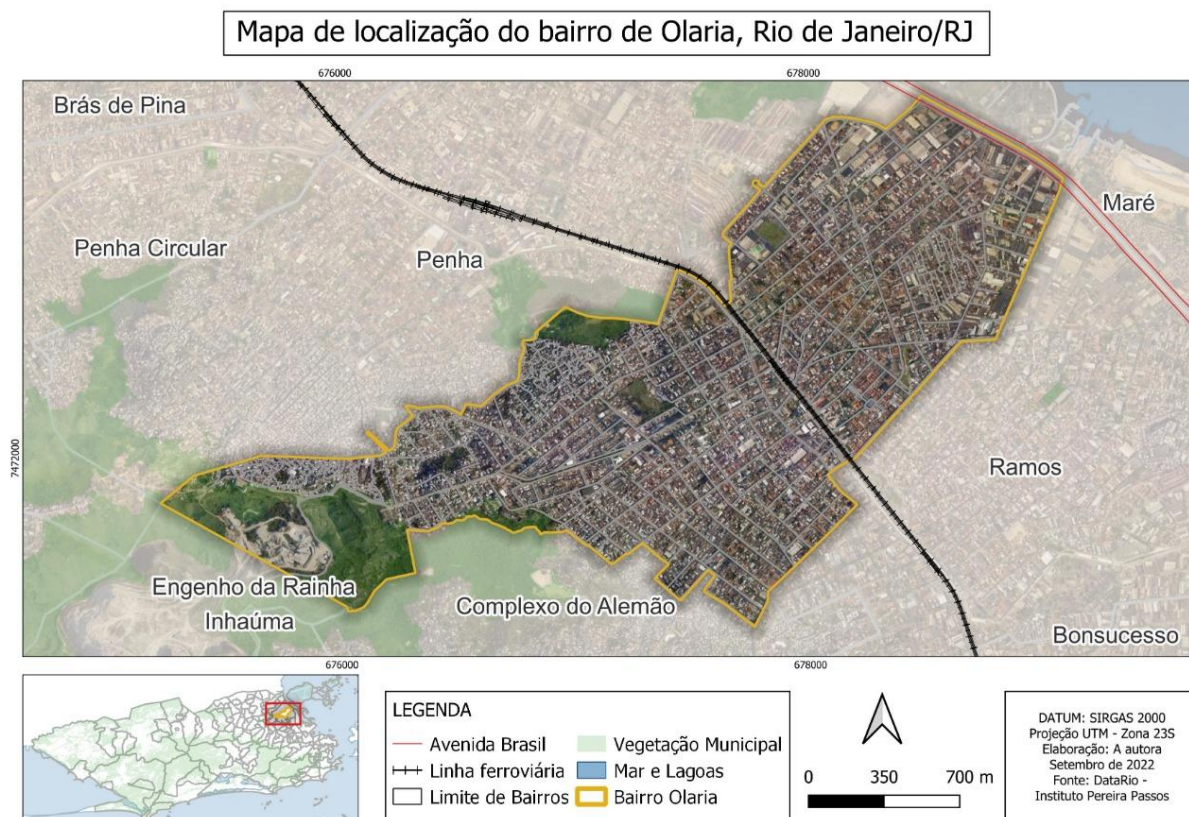
O lugar é, portanto, o habitual da vida cotidiana, mas, por outro lado, também é por onde se concretizam relações e processos globais. O lugar produz-se na relação do mundial com o local, que é ao mesmo tempo a possibilidade de manifestação do global e de realização de resistência à globalização. (CAVALCANTI, 2008, p.50)

A partir do questionamento dos alunos sobre o local onde vivem e sobre seu próprio cotidiano é possível exercitar o olhar geográfico e a mudança de olhar sobre o espaço vivido. A Geografia Escolar é capaz de desenvolver nos estudantes habilidades espaciais, e a abordagem da Geografia sob a perspectiva da Educação Patrimonial contribui para a compreensão de que a memória também é marcada no território. O exercício do olhar geográfico sobre os patrimônios também é instrumento de mudança social e direito à cidade, este entendido enquanto um apelo e uma exigência (...) de um direito transformado e renovado à vida urbana (LEFEBVRE, 2001, p.117).

### **3 BREVE DESCRIÇÃO DO BAIRRO DE OLARIA E OS SUBÚRBIOS DA LEOPOLDINA**

Olaria é um bairro localizado na Zona Norte do município do Rio de Janeiro e apresenta IDH 0,853 (Censo de 2000). De acordo com o Instituto Pereira Passos, Prefeitura do Rio de Janeiro, Olaria possui extensão territorial 368,98 ha (2020) e uma população de 57.514 habitantes (2010), fica próximo aos bairros de Ramos, Penha e Engenho da Rainha (Figura 1) e faz parte da Zona da Leopoldina, no subúrbio carioca, compondo o que ficou conhecido como “subúrbio da Leopoldina”.

**Figura 1 - Mapa de localização do bairro de Olaria**



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A noção carioca de subúrbio se distancia da ideia “clássica” desta categoria, essencialmente compreendida como áreas de arrabaldes e arredores da cidade. A forma como identificamos as áreas conhecidas como subúrbio no Rio de Janeiro passou por um processo que Fernandes (2011) chamou de *raptó ideológico da categoria subúrbio*. Conhecida como subúrbio carioca, a Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro, apesar de serem a maior parte da cidade são, na maioria das vezes, áreas conhecidas e marcadas por suas carências, por violência e de residências populares em relação às áreas da Zona Sul e Centro da cidade, como destaca Fernandes:

Predomina entre nós, em nossa linguagem, a ideia de um espaço subordinado e sem história, sem criação, sem cultura, carente de valores estéticos em seus homens e sua natureza. Subúrbio é quase sempre feio e sem atrativos, ausente de participação política e cultural. No máximo, concede-se ao subúrbio o lugar de reprodução. (FERNANDES *apud* MATTOSO, 2019, p. 165)

A área que conhecemos como subúrbios passou a se desenvolver mais rapidamente a partir da criação das estradas de ferro, na segunda metade do século XIX. Quatro linhas ferroviárias foram criadas, sendo elas a Central do Brasil, principal linha até hoje, Auxiliar, Linha D’Ouro e a antiga Northern Railway Company, que passou a se chamar Leopoldina Railway, linha que abrange Olaria e o bairros da Zona da Leopoldina.

Sua primeira linha, inaugurada a 23/04/1886, entre São Francisco Xavier e Mirity (atual Duque de Caxias), interligou uma série de núcleos semi-urbanos preexistentes, (como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral) que, devido à grande acessibilidade ao centro proporcionada

agora pela ferrovia, passaram então a se desenvolver em ritmo bastante acelerado. (ABREU, 2013, p. 53)

O primeiro zoneamento estabelecido na cidade nos anos de 1930 determinou que as áreas entre Linha Auxiliar e a Estrada de Ferro Leopoldina seria de uso industrial e misto e as áreas entre a Leopoldina e a Baía de Guanabara seria de uso exclusivamente industrial enquanto áreas próximas as linhas da Central do Brasil, a Linha Auxiliar seriam de usos exclusivamente residencial, misto e admitindo comércio e pequenas indústrias em alguns pontos. A partir disso é possível perceber a especialização de zonas e a segregação espacial como consequência (LINS, 2010, p. 153).

Porém, é importante destacar que, apesar da associação quase automática dos subúrbios às linhas de trem, também é possível citar o papel fundamental dos bondes no desenvolvimento e estruturação das áreas suburbanas, tendo contribuído para sua maior integração e circulação de pessoas. Não sendo este um meio de transporte restrito aos bairros da Zona Sul como frisou Fernandes (2011), mas fundamental para a integração interna dos subúrbios, para a circulação no interior dos bairros, enquanto as ferrovias foram responsáveis pela integração com as áreas centrais da cidade.

Os subúrbios não são áreas homogêneas e cada bairro possui características específicas e diferentes históricos, porém, no que diz respeito a sua evolução urbana, possui certas similaridades. Apesar dos mesmos dois meios de transporte de grande importância para o desenvolvimento dessas áreas suburbanas, as linhas de bonde e as linhas de trem, a Zona da Leopoldina teve suas particularidades em relação aos chamados "subúrbios da Central", como são conhecidos os bairros ao longo da linha da Central do Brasil. A linha de bonde que compreendia os subúrbios da Leopoldina, por exemplo, além de ter sido inaugurada mais tarde, teve sua linha expressivamente menor que os subúrbios da Central.

Lins (2010) diz que esses bairros nasceram nas proximidades das estações de trem, de modo que elas formavam, na maioria dos casos, um pólo estruturador. No caso da Leopoldina não foi diferente e os centros comerciais foram se concentrando em áreas próximas às estações de trem. As estações formaram, então, centralidades de influência física e simbólica em relação às áreas mais "internas" dos bairros. Diferente dos bairros do subúrbio da Central, onde se concentravam comércios nas proximidades das estações, mas também em áreas mais distantes delas. Essa é uma das relevâncias do papel dos bondes, de forma que ele permitiu uma ocupação mais integrada do espaço e uma diversidade maior de usos e ocupações, comércios e núcleos culturais que aconteceu de forma mais expressiva nos subúrbios da central do que na região da Leopoldina.

A história de Olaria, assim como a maioria dos bairros dos subúrbios, também passa por histórias de famílias. Por volta de 1820 a família Rêgo comprou terras que hoje compreendem as ruas Diomedes Trota e Itararé até próximo a Igreja da Penha onde trabalhavam na lavoura. Como os terrenos eram de barro vermelho, comumente apropriados para a instalação de olarias, a família abriu esse tipo de negócio que prosperou. Dessa forma, a área ficou conhecida como a região das olarias.

Quando inaugurada a linha férrea, a estação de trem de Olaria foi feita de forma não oficial, pelos próprios moradores e ferroviários para facilitar o carregamento do barro e das madeiras próximas às fábricas. A estação foi oficialmente inaugurada em 1917 (FRAIHA; LOBO, 1998). Olaria, assim como outros bairros do subúrbio carioca, levou o nome de sua estação de trem. Então, mesmo reconhecendo outras particularidades importantes para a estruturação e integração dessas áreas, é inegável a relação direta que existe entre as linhas de trem e os subúrbios, ligação feita até os dias de hoje.

O crescimento demográfico e industrial dos subúrbios são características que estão relacionadas e aconteceu de forma mais expressiva a partir de 1930. Anteriormente a este momento e com exceção das áreas dos subúrbios da Central, os demais bairros suburbanos

tinham uma ocupação espalhada e dispersa nas áreas mais afastadas das linhas de trem. Abreu (2013) cita, sobre o reflexo disso, o menor número de passageiros transportados pelas linhas da Leopoldina, Rio D'Ouro e Linha Auxiliar, em comparação com a linha principal da Central do Brasil na década de 20. A partir de 1930 isso muda começando pelo incentivo do Estado à produção manufatureira, o que transforma o padrão de localização industrial. Como consequência disso, o crescimento suburbano redireciona e privilegia as áreas dessas três ferrovias que já dispunham de indústrias antes mesmo de 1930, porém a ocupação industrial se intensificou a partir desta data, principalmente, pela ação do Estado e as obras de saneamento que deixaram novas áreas propícias para a atividade industrial e residencial (ABREU, 2013, p. 99).

A dificuldade de importação durante a Segunda Guerra Mundial trouxe uma necessidade de produção no país, o que acelerou as obras de saneamento nas áreas suburbanas abrindo espaço para a instalação de indústrias que foi feita, neste período, de forma desorientada. Somado a isso, as políticas de renovação urbana feitas pelo governo Vargas e as obras no centro da cidade fizeram com que muitas indústrias mudassem para áreas suburbanas. Atraídas pela ocupação fabril, cresceram também a ocupação dos proletários em áreas próximas às fábricas, aumentando o número de favelas na região. Mas o crescimento fabril da cidade ganha mais notoriedade a partir da construção da Avenida Brasil. Inaugurada em 1946, a Avenida Brasil é uma das principais vias da cidade e um dos seus objetivos era incorporar novos terrenos ao tecido urbano visando a sua ocupação industrial. Este objetivo, porém, foi concretizado apenas em alguns pontos enquanto cresceu, também a ocupação de residências populares e favelas atraídas por essa ocupação fabril nas proximidades da Avenida Brasil (ABREU, 2013, p. 103).

Antes da construção da Avenida Brasil a região da Leopoldina possuía um porto importante por onde escoava mercadorias e produtos agrícolas das freguesias dos subúrbios, o porto Maria Angu (Figura 2). O porto ficava na faixa litorânea que, na época, representava uma importante opção de lazer com a praia Maria Angu (ou Mariangu) e foi muito utilizada pela população enquanto ela existiu. Pelo seu porto e escoamento de mercadorias, a área exercia uma centralidade ao restante da cidade e o porto era um ponto estratégico, como aponta Ferraz:

Antes mesmo da chegada da ferrovia, este porto era a principal forma de comunicação entre os arrabaldes da região e o Centro do Rio. Portanto a área já possuía certo destaque à altura da inauguração da estação de Olaria, em 1917, na medida em que era um ponto de confluência de pessoas e coisas a chegar e a partir. (FERRAZ, 2014, p. 122)

## **Figura 2 - Porto Maria Angu**



Foto de Augusto Malta. Fonte: <<https://mareonline.com.br/de-maria-angu-a-novas-formas-de-fazer-arte-a-mare-e-solo-fertil/>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

O porto ficava entre os bairros de Olaria e Ramos, com a construção da Avenida Brasil a praia foi aterrada, o porto perdeu sua principal funcionalidade e hoje resta apenas um de seus trechos que conhecemos como a praia de Ramos (piscinão de Ramos). Conhecer o bairro de Olaria e seu desenvolvimento urbano a partir do trabalho de campo, que possibilite ao aluno caminhar pelo bairro, nos lugares já conhecidos de seus cotidianos, pode contribuir para o ensino de Geografia e a para a mudança dos olhares sobre este espaço.

#### **4 TRABALHO DE CAMPO EM OLARIA COMO RECURSO DIDÁTICO**

O trabalho de campo é um instrumento de imensa relevância na Geografia e faz parte de seu histórico, presente desde o início da consolidação da Geografia enquanto ciência. Na Geografia Escolar, o trabalho de campo é uma ferramenta fundamental que leva a discussão do objeto de estudo em contato direto com o estudante, configurando um importante recurso didático-pedagógico. Porém, este recurso não deve ser exercido apenas de modo isolado, mas enquanto um momento de integração teoria e prática, “Neste sentido, trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas a partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos” (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57). É a partir da associação e interpretação dos elementos e escalas do espaço articulado ao trabalho de campo que é possível estabelecer um olhar geográfico, crítico, e interpretar os fenômenos espaciais da realidade. Para isso, o trabalho de campo precisa estar sempre associado à teoria.

Castro (2020) destaca a diferença nas discussões relacionadas ao trabalho de campo explorando a abordagem mais usada na primeira metade do século XX, construída a partir de uma a narrativa de observação da paisagem, como sobreposições de camadas usando, por exemplo, a topografia, hidrografia e, posteriormente, o solo. O contato do aluno com a natureza através do olhar atento sobre esses elementos também é ferramenta que aproxima os conteúdos da disciplina às realidades dos alunos e dão sentido ao aprendizado. A autora também ressalta que, sobretudo, nas discussões a partir da década de 1990, o trabalho de campo foi sendo difundido como um elo fundamental para ir além de ramificações antigas dentro da disciplina como entre geografia física e humana e também entre teoria e prática.

Porém, o trabalho de campo não se resume apenas a uma atividade que ultrapassa os muros da escola e da sala de aula, é um recurso didático que é preciso estar associado a um

planejamento de acordo com os conteúdos da disciplina e a uma certa capacidade de realização e diretamente ligado à construção de sentidos. Castro (2020) levanta o entendimento do trabalho de campo enquanto um percurso, ou seja, um conjunto de paradas e deslocamentos que, não só produz um sentido, como constrói narrativas sobre os lugares. Dessa forma, o percurso é um importante recurso pedagógico que contribui acerca das discussões sobre o trabalho de campo no ensino de Geografia.

O trabalho de campo é uma atividade que faz exercer o olhar geográfico, este que é diferente do olhar comum do cotidiano ou de uma observação de um turista. Ao se fazer o olhar com o raciocínio geográfico se faz um olhar metodológico, e é esse entendimento que faz diferença ao se observar e interpretar a realidade (AZAMBUJA, 2012). O olhar geográfico é também uma leitura de formas, processos e funções. Neste sentido, Azambuja diz que:

O espaço geográfico contém a paisagem, ou poderíamos dizer as formas espaciais que compõem o sistema de objetos naturais e sociais. Mas o olhar geográfico é mais abrangente, identifica também o processo ou a formação, a dimensão histórica, o passado e o presente das formas espaciais, O presente inclui as relações socioespaciais, à forma se agrega ao estudo da função. As ações ou o sistema de ações atualizam e dão movimento aos objetos espaciais, significando a unidade ou o conjunto indissociável de objetos e ações. O espaço geográfico é então um espaço em movimento (AZAMBUJA, 2012, p. 184)

O objetivo do roteiro desenvolvido neste trabalho é contribuir para o exercício da pesquisa e do olhar geográfico sobre o bairro de Olaria, aprendendo com o patrimônio. Investigar de forma crítica sobre o desenvolvimento urbano e a história do bairro que também é contado pelos patrimônios, sobre suas representações e se (re)conhecer neste processo como exercício de cidadania e direito à cidade.

Será proposto um roteiro de campo abordando cinco pontos sobre o bairro de Olaria e os processos históricos desses patrimônios. Entre esses pontos será abordado a sede do Bloco Carnavalesco Cacique de Ramos, o Cinema Olaria (antigo cinema Santa Helena), o campo do Olaria Atlético Clube, o monumento em homenagem ao músico carioca Pixinguinha e a menção aos murais pintados por Di Cavalcanti e Georgina Albuquerque nas paredes da Escola Municipal Chile (Figura 3). É importante que o trabalho de campo seja feito alinhado às aulas de Geografia sobre os conteúdos e conceitos abordados em cada ponto, e, além disso, executado a partir das quatro etapas metodológicas da educação patrimonial, sendo elas: observação, registro, exploração e apropriação.

**Figura 3 - Mapa de localização de pontos do trabalho de campo**



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

#### 4.1 Sim, é o Cacique de Ramos

*“É perto de tudo, é ali no subúrbio  
Um doce refúgio pra quem quer cantar  
É o Cacique! Sim, é o Cacique de Ramos”*

O Cacique de Ramos é um dos blocos mais tradicionais do carnaval de rua do Rio de Janeiro. Fundado em Ramos em 20 de janeiro de 1961, dia de São Sebastião, o bloco teve seu início através de alguns jovens moradores do subúrbio carioca da Leopoldina - majoritariamente do bairro de Ramos - que decidiram, poucos dias antes do carnaval, iniciar ensaios com a intenção de criar um novo bloco. Esperavam reunir em torno de 20 pessoas, mas durante o carnaval de 1961 mobilizaram cerca de 200 pessoas pelas ruas do bairro. No ano seguinte, fizeram seu desfile levando cerca de 700 pessoas fantasiadas de indígenas, símbolo do bloco, de Ramos ao Centro do Rio (ABREU, 2003). Seu início também inaugurou uma rivalidade com o bloco Bafo da Onça, mais antigo que tinha certa tradição de desfile. A rivalidade durou por muitos anos e marcou suas histórias de formação além de histórias populares contadas por foliões que vivenciaram essa época.

O grupo do bloco Cacique de Ramos tentou por muitos anos estabelecer uma sede para o bloco até conseguir, em 1972, a concessão de um terreno da Prefeitura. Na rua Uranos, número 1326 foi constituída a sede do bloco, no bairro de Olaria. O que não gera rivalidades entre os bairros, o bloco é motivo de orgulho não só para os moradores de Ramos e Olaria como para todo o subúrbio da Leopoldina e se constitui como um marco histórico da música carioca com contribuições significativas e imprescindíveis para o samba e a música brasileira que perduram até hoje.

“Se passar na rua Uranos  
Olha pro lado direito  
É a casa de um Cacique  
Que é uma casa de respeito”  
(Eu Não Quero Mais II - Grupo Fundo de Quintal)

O samba feito pelos músicos do Cacique de Ramos era diferente dos pagodes que aconteciam no restante da cidade. Um grupo de amigos se reunia na rua Uranos às quartas-feiras para tocar samba depois de jogar algumas partidas de futebol. O grupo se diferenciava com o uso de instrumentos que não se ouviam em outras rodas de samba. A introdução do banjo do samba, hoje já difundida, foi feita pelo sambista Almir Guineto, músico de grande repercussão na música brasileira e integrante do Fundo de Quintal, grupo que iniciou nas rodas de samba do Cacique de Ramos. Almir Guineto tocava o banjo, instrumento que não é brasileiro, com o braço e a afinação do cavaquinho, com quatro cordas ao invés de cinco que eram mais comuns. Além do banjo, o “repique de mão”, invenção do mestre Ubirany, também integrante do Grupo Fundo de Quintal, era muito utilizado nas rodas do bloco, que foi transformado a partir do repique de escola de samba, tocado com as mãos ao invés de baquetas, com abafadores e aro rebaixado, o repique gerava um som específico que ficou característico das rodas do Cacique. O tantã também foi criado neste cenário, instrumento que substituiu o surdo nas rodas do Cacique e foi criado por Sereno, também do Fundo de Quintal. Todos esses instrumentos são comuns de encontrar em qualquer roda de samba na cidade do Rio de Janeiro hoje em dia, o Cacique de Ramos deixou marcado o seu legado e herança musical.

O pagode feito nas rodas do Cacique de Ramos era frequentado por sambistas hoje reconhecidos que têm seus nomes gravados na história do samba como Beth Carvalho, Zeca Pagodinho, Luiz Carlos da Vila, Almir Guineto, Jorge Aragão, Sombrinha, Jovelina Pérola Negra, Neoci, Bira Presidente, Ubirany, Sereno, Arlindo Cruz entre outros. O grupo inventou instrumentos e não é exagero dizer que criaram o próprio modo de fazer samba que revolucionou a estética e o estilo do gênero. O Cacique de Ramos foi fundamental para a renovação do samba naquele período, sendo a principal referência para o estilo nos anos 90 com a introdução dos instrumentos elétricos. Toda a estética que vemos hoje nas rodas de samba e nos pagodes espalhados pela cidade iniciaram nas invenções dos sambistas do Cacique de Ramos.

Das muitas formas de se reconhecer e preservar essa rica história, uma delas foi a Lei Municipal 4068 de 2005 que declarou patrimônio cultural do povo carioca o bloco carnavalesco Cacique de Ramos. Uma legislação que gera reconhecimento e importância para as pessoas envolvidas na história e no bloco, entrando nos registros de Bens de natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural carioca sendo reconhecido como uma das expressões que conferem identidade cultural ao povo carioca e, por isso, é reconhecido a necessidade de sua proteção. O reconhecimento do imóvel que compõe a sede do bloco também teve lugar com o decreto de número 31565 que determina o tombamento do imóvel da rua Uranos (Figura 4). Decreto que ressalta a importância do Grêmio Recreativo Cacique de Ramos como reduto de criação musical e exemplo de organização popular e, na sede do Cacique, o movimento central de criação do “movimento de pagode”, a participação de sambistas essenciais para história do gênero na cidade e considera o bloco responsável pela “exportação” do Rio de Janeiro do chamado “blocos de índio” para outras cidades no país, sobre a valorização dos indígenas e com os rituais religiosos.

**Figura 4 - Sede do Bloco Cacique de Ramos**



Foto: Acervo da autora

Ao falar do Cacique de Ramos, se fala também de sua contribuição para o desenvolvimento do samba como conhecemos hoje e a patrimonialização deste bem cultural é importante para o reconhecimento e preservação de sua história. Como ponto do trabalho de campo, é possível mediar um debate com os alunos no qual o reconhecimento que eles próprios têm com aquele lugar e com reconhecimento dele enquanto um lugar de memória. A relevância de passar em seu cotidiano por um lugar que contribuiu para a história de um dos gêneros mais populares do país e refletir sobre os usos do lugar e a contribuição cultural do bloco para a música e a cultura carioca e como esta representação é marcada no espaço.

#### **4.2 Cinema Olaria e os cinemas de estação**

Nos subúrbios do Rio de Janeiro, a primeira apresentação de imagem em movimento, mais próximo do que conhecemos como uma exibição de cinema, aconteceu justamente na região da Leopoldina, no Outeiro da Penha, em 1906 em uma exibição ao ar livre na área externa da igreja. Este acontecimento deu início a um processo de inaugurações de equipamentos de exibição na Leopoldina, demarcando uma notória representação da região leopoldinense em relação aos equipamentos cinematográficos da cidade. Este também era o momento de inaugurações de cinemas nas áreas centrais do Rio de Janeiro, como na rua do Ouvidor e avenida Rio Branco (FERRAZ, 2014, p. 120).

No período de 1906 e 1916 cresceu um movimento de abertura de diversos equipamentos e salas de exibição de filmes no Rio de Janeiro, nas áreas centrais e nos subúrbios. Porém, o mercado de cinemas nesta época passou por uma instabilidade que levou a maioria dessas salas de cinema a fecharem suas portas. Importante mencionar que isso não aconteceu somente com os cinemas dos subúrbios, mas estes acompanharam as instabilidades que também passavam o mercado cinematográfico das áreas centrais. Por volta de 1920 o mercado cinematográfico passou por uma estabilidade que permitiu uma nova reorganização de cinemas na cidade, neste período foram abertos cinco cinemas na região da Leopoldina, o Cinema Olaria foi um deles (Figura 5 e 6).

#### **Figura 5 - Cinema Olaria**



Fonte: Diário do Rio, 2016.

Sousa (2015) explica alguns momentos de abertura dos cinemas na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro, de centralização de cinemas no centro, de 1905 até 1934, mas que, ainda assim, os bairros suburbanos eram a segunda área com maior concentração de cinemas na cidade, cerca de 59 salas em 20 bairros dos subúrbios, três desses cinemas ficavam em Olaria. No segundo momento, como diz Sousa (2015) houve um aumento na concentração de cinemas nos subúrbios no período de 1935 a 1984 em um processo de descentralização das salas de cinema. É neste período que o Cinema Olaria é inaugurado.

O Cinema Santa Helena foi inaugurado em 1942, passou a chamar Cinema Olaria em 1967 e funcionou até 1996. O Olaria esteve entre poucos que conseguiram se manter e durar para além dos anos 80, sobreviveu a um grande movimento de fechamento dos cinemas da região da Leopoldina. Diferente de como aconteceu nas áreas centrais da cidade, em que os cinemas sobreviveram por mais tempo com mudanças para salas de galeria, os cinemas de estação, assim chamados os grupos de cinemas inaugurados no mesmo período próximos às estações de trem, dos bairros suburbanos fecharam suas portas a partir da década de 80.

É possível identificar e destacar durante o trabalho de campo a relevância e a centralidade das estações de trem, bem como a própria linha férrea para o desenvolvimento urbano do bairro de Olaria, e como característica semelhante dos bairros suburbanos. Lins (2012) disserta sobre como os centros comerciais e de serviços se desenvolveram justamente nas proximidades da linha ferroviária e das estações de trem. Como dito, essa integração do comércio com áreas interiores dos bairros é uma diferença presente nos bairros da Zona da Leopoldina e os bairros do subúrbio da Central, que já tinham essa relação com núcleos de serviços e áreas mais afastadas das estações. Aqui seria interessante questionar os alunos se essa característica é ainda vigente ou se é notável perceber esse histórico se comparado à organização desses núcleos nos dias atuais.

Lins (2010) diz que a linha férrea que corta os bairros suburbanos em dois lados contribui para uma segregação espacial, de forma que essa *barreira física* influencia o comportamento das pessoas e a compreensão do espaço urbano. No caso da Leopoldina a existência dos cinemas de estação pode ter contribuído para superar essa segregação entre os “lados” pois o cinema funciona como um fator de comunicação e integração entre eles. É um processo que ocorre em torno da ferrovia, o cinema é um motivo que faz os moradores se deslocarem e frequentarem mais o “outro lado” do bairro e atravessarem a linha do trem. De

modo que os cinemas de estação colaboraram para uma relação mais estreita entre os moradores e darem sentido às ruas fronteiriças (FERRAZ, 2014, p.163).

Ao ter a oportunidade de ir ao cinema que fica em seu próprio bairro, a ida ao cinema se torna uma experiência de observação e uso do espaço dentro deste bairro. Sair de casa e andar até o cinema, observar a paisagem e acompanhar suas mudanças, comprar uma pipoca de um ambulante em frente ao cinema e um refrigerante em uma lanchonete ao lado é movimentar a microeconomia deste bairro, encontrar vizinhos e amigos; o cinema é um marco de sociabilidade. Vivenciar o próprio bairro aponta para uma maior identificação com este espaço e sua valorização. A partir disso é possível que se busque melhorias e políticas públicas de valorização, bem como a proposição de políticas de patrimonialização, como objeto da Educação Patrimonial. Como destaca Caiafa e Ferraz:

As salas de estação da Leopoldina estavam conectadas aos circuitos realizados pelos transeuntes em suas pequenas viagens ao longo das regiões recortadas pela linha do trem. Hoje, o lazer cinematográfico deixou de ter ligação imediata com as ruas dessa área e com a via férrea, pelo menos no que concerne à exibição comercial. Detectamos uma espécie de apagamento social do equipamento sala de cinema de estação. (CAIAFA; FERRAZ, 2012, p. 137)

Em 2012, o cinema Olaria foi incluído, junto com outros quatro cinemas da Zona Norte, na promessa de revitalização de suas salas. A iniciativa foi feita pela Prefeitura do Rio de Janeiro e, na época, o levantamento feito pela RioFilme em conjunto com a Subsecretaria de Patrimônio Cultural escolheu cinco imóveis para receber o investimento, mas ele nunca saiu do papel. Em 2016, foi anunciado que o Cinema passaria por uma “modernização” elaborada pelo Grupo Severiano Ribeiro, que administra o imóvel. Houve uma flexibilização do tombamento para que realizassem as obras que contava com uma filial de uma linha de academias e apartamentos residenciais, a obra chegou a começar, mas foi abandonada.

**Figura 6 - Cinema Olaria, 2022**



Foto: Acervo da autora.

Pode-se guiar, neste ponto, uma reflexão junto aos alunos sobre o que eles imaginariam que mudaria no espaço e na paisagem da rua Uranos se o Cinema Olaria estivesse em seu pleno funcionamento como já esteve um dia. Além de uma observação da paisagem, quantos estabelecimentos próximos? Quais estão em funcionamento? Qual a rotatividade de estabelecimentos é possível notar abrirem e fecharem suas portas nesta

proximidade? O cinema, em seu funcionamento, teria alguma influência nesse sentido ou não?

É importante lembrar que o papel dos cinemas de rua no desenvolvimento urbano não foi exclusivo das áreas centrais e da Zona Sul da cidade, a Zona da Leopoldina também acompanhou o movimento do mercado cinematográfico. Durante o século passado o cinema Olaria foi um marco de sociabilidade e um verdadeiro marco visual; ponto importante para os percursos das pessoas no bairro, o cinema enquanto fixo no espaço urbano e, também, modelador da paisagem. Caiafa e Ferraz (2012) destacam em sua pesquisa uma entrevista com uma pessoa mais nova, de 23 anos, que não tem lembranças do cinema em seu funcionamento, destaca seu apagamento e sua impressão sobre a estrutura do cinema: “É difícil falar extremamente dos cinemas, porque eu confundo com o que é hoje, mas a torre do Olaria sempre me lembrou um moinho de vento. O prédio marcava um bairro que não tem arquiteturas tão especiais. Na minha memória, tem mais a fase sem cinema” (CAIAFA; FERRAZ, 2012, p. 137)

E isso também marca a vivência e as experiências dos moradores na área, “Os marcos visuais seriam ‘chaves de identidade’ para a construção mental da forma urbana, permitindo precisamente a leitura e orientação da estrutura espacial” (BARROS *apud* CAIAFA; FERRAZ, 2012, p. 97). As salas de cinema tiveram um papel fundamental na ocupação dos subúrbios e ficaram especialmente marcados na zona da Leopoldina, a perda deste espaço é, também, a perda de um espaço de sociabilidade na região, os cinemas desempenhavam uma opção de lazer que acompanhou o processo que acontecia nas áreas centrais da cidade. Conhecer esta história é também compreender os processos de ocupação do bairro e de reconhecimento com o lugar. O decreto nº 41185 de 2015 determina o tombamento definitivo do edifício que abrigou o Cinema Olaria, antigo cinema Santa Helena, no município do Rio de Janeiro. O documento menciona o cinema Olaria enquanto um raro remanescente das construções do subúrbio e a necessidade de proteção para as salas de espetáculos que tem valor arquitetônico para a cidade do Rio de Janeiro.

### **4.3 Olaria Atlético Clube, o alçapão da Bariri**

Em 1915 foi fundado o Olaria Futebol Clube e, segundo seu *site* oficial<sup>1</sup>, sua idealização veio de jovens moradores do bairro que gostavam de praticar futebol, classificado no texto como uma “ousadia” posto que, na época, o futebol era considerado uma prática das elites da cidade. É divulgado ainda que seus fundadores almejavam um clube que carregasse o nome do bairro e no dia 1º de julho de 1915 na rua Filomena Nunes, em Olaria, o clube foi criado. Em 1920 o clube mudou seu nome para Olaria Atlético Clube (OAC) tornando-se um clube poliesportivo.

Enquanto um clube poliesportivo é importante mencionar o marco que a adesão ao remo causou no OAC, no bairro de Olaria e nos subúrbios da Leopoldina. O remo, apesar de ser um esporte famoso, permaneceu por décadas no Rio de Janeiro restrito às áreas centrais e à Zona Sul (com exceção de São Cristóvão) e relacionado às classes médias e altas. Esta ampliação do clube também tinha uma finalidade de se propagar no território, como nos diz Melo (2021):

De toda forma, tratou-se de uma sensível ampliação no perfil de uma agremiação que surgira com o objetivo de dedicar-se ao futebol. O remo foi um dos primeiros esportes com o qual o Olaria se envolveu no seu processo de diversificação, uma decorrência da decisão de apresentar-se como uma sociedade que não estava

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.olaria.net/historia>>. Acesso em: 14 set. 2022.

preocupada somente com a diversão, mas também em dar contribuições para o desenvolvimento da Zona Leopoldina. (MELO, 2021, p. 573)

Como já mencionado, é possível notar a atuação de lideranças locais na história dos subúrbios e Melo (2021) diz que eles estabeleceram um diálogo de dupla ordem, onde, visando mostrar o subúrbio como um lugar moderno para as elites de áreas privilegiadas da cidade, também exerciam uma estrutura de hierarquia social no bairro. Enquanto os subúrbios passam por uma desatenção do poder público, tais lideranças exerciam uma influência para suprir esta lacuna.

O Olaria marcou seu pioneirismo sendo o primeiro clube a praticar o remo nos subúrbios e se estabeleceu na área do porto Maria Angu. Foi o primeiro e, por muito tempo, o único clube de remo nos subúrbios. A partir da iniciativa do OAC os jornais da época, que eram praticamente limitados a noticiar o Centro e a Zona Sul, começaram a difundir de forma positiva sobre o clube e o bairro, o “(...) remo ajudou a construir uma imagem positiva que se estabeleceu como contraponto aos estigmas que havia acerca dos subúrbios.” (MELO, 2021, p. 578). Fato que chamou atenção para o descaso do poder público nas áreas suburbanas da cidade. A OAC, além de cobrar uma maior atuação dos governantes, construiu estruturas que pudessem incentivar o uso da faixa litorânea.

A partir das atividades e intervenções do Olaria no bairro, promoveu-se uma integração dos moradores, e não apenas sócios do clube, estabelecendo uma relação maior e o desenvolvimento de uma identificação das pessoas com o lugar. Em 1923, Melo (2021) cita que o Olaria, junto com o Esporte Náutico de Ramos, enviou uma carta cobrando melhorias aos bairros da Leopoldina encaminhada ao Conselho Municipal e como “O Olaria tornava-se um defensor dos subúrbios” (MELO, 2021, p. 575).

O clube também desenvolveu uma intensa relação com o escotismo em um momento em que era um movimento associado a um contexto educacional e muito bem visto no restante do país. Tal associação já era comum aos clubes da Zona Sul e “(...) o Olaria colocou o subúrbio no mapa” (MELO, 2021, p. 579). Algo que reafirmava o compromisso do clube com o país, sua relação com o escotismo “tratou-se de um contributo para reforçar a imagem de que era uma agremiação que se punha a dispor do desenvolvimento local, da cidade e da nação” (MELO, 2021, p. 279).

A história da construção de seu estádio também é marcada pela contribuição dos moradores, com a ajuda de Olarienses, o campo na rua Cândido Silva, que mais tarde se tornaria rua Bariri, foi comprado. Porém, sem estádio, o Olaria enfrentou um dos períodos difíceis de sua existência, em 1937 foi afastado da Federação recém unificada do Rio de Janeiro. No entanto, João Lyra Filho, então presidente do CND, firmou a promessa de que se o Olaria conseguisse construir, finalmente, seu estádio, ele poderia retornar à primeira divisão. O Olaria cumpriu sua parte, o estádio da Bariri foi construído e seu processo teve muita contribuição da comunidade local. Os moradores não queriam o fim do Olaria.

No dia 6 de abril de 1947 foi inaugurado o Estádio Mourão Filho, também conhecido como “O Alçapão da Bariri” (Figuras 7 e 8). Como é usado no meio futebolístico, “Alçapão” é um estádio pequeno em que a torcida, estando tão próxima do gramado, exerce uma pressão extra contra seus adversários e até contra a arbitragem, muitas vezes considerados decisivos para a vitória nas partidas de futebol. Seu estádio é tombado pelo decreto municipal nº 37773 de outubro de 2013 onde considera o clube uma referência histórica, social e de lazer do bairro e o classifica enquanto uma das agremiações mais tradicionais da cidade do Rio de Janeiro.

### **Figuras 7 e 8 - Entrada e campo do Olaria Atlético Clube**



Foto: Acervo da autora.

O esporte e sobretudo a experiência do Olaria é um marco na dinâmica e organização social de Olaria e na região da Leopoldina. É possível desenvolver uma nova impressão sobre a história do bairro, dos subúrbios e a dinâmica da cidade através da história do clube, uma história que merece ser (re)conhecida na cidade. O esporte também nos mostra dinâmicas importantes da cidade, a atuação de grupos sociais, segregação urbana e social, além de promover uma forte identificação territorial dos indivíduos. Compreender essas iniciativas também dá importância ao papel ativo das pessoas em seu próprio cotidiano e em seus projetos de cidade (MELO, 2021).

#### 4.4 Menção: Murais de Di Cavalcanti e Georgina Albuquerque

Este ponto não está incluído no roteiro de campo pois o patrimônio se encontra dentro da Escola Municipal Chile, porém é importante sua menção e o conhecimento de que, dentro desta escola, existem pinturas tombadas em seus muros internos feitas pelos pintores modernistas Di Cavalcanti (Figuras 8 e 9) e Georgina de Albuquerque (Figura 10).

#### Figuras 8 e 9 - Mural pintado por Di Cavalcanti e placa de identificação



Fonte: Acervo da autora.

Anísio Teixeira era secretário de educação do Distrito Federal e era um grande incentivador da presença das artes na educação. A construção da Escola Municipal Chile se deu neste período na praça Belmonte, no bairro de Olaria e teve intervenções de Georgina Albuquerque e Di Cavalcanti, pintores reconhecidos no Brasil, modernistas que deram suas contribuições para a Semana de Arte Moderna de 1922. Os pintores fizeram seus painéis nos

murais internos da escola que datam de 1934. No entanto, nos anos seguintes, devido à falta de recursos para sua manutenção, as pinturas foram cobertas e esquecidas.

Em outubro de 1997 a Folha de São Paulo<sup>2</sup> noticiou que a Associação de Pais e Alunos da escola, através de um aviso de uma funcionária, havia descoberto as obras que tiveram sua autenticidade confirmada a partir de uma análise técnica. As obras haviam sido descobertas anos antes, nos anos de 1970, mas tiveram que ser escondidas novamente por falta de apoio financeiro para sua restauração. A partir disso a Secretaria de Educação iniciou uma campanha para conseguir apoio para a restauração das obras. Os murais foram tombados a partir da Lei Municipal número 3009 de 18 de janeiro de 2000 reconhecendo seu valor cultural, histórico e artístico.

**Figura 10 - Mural pintado por Georgina de Albuquerque**

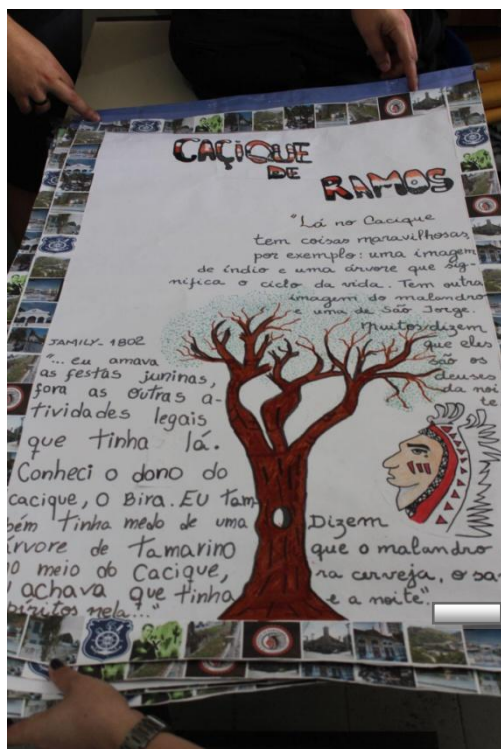


Fonte: Acervo da autora.

Os professores da Escola Chile tentam manter a memória da obra viva entre os alunos e, a partir dela, fazem um trabalho sobre a história de Olaria e estudos sobre os patrimônios que existem no bairro junto aos alunos da escola (Figuras 11 e 12). Além disso, elaboram com os estudantes o boletim bimestral da escola (Figuras 13 e 14) com informações históricas sobre o processo de construção da escola e sobre o bairro de Olaria e atividades sobre patrimônios do município. Importante notar que a presença dos patrimônios dentro da escola pode ressaltar o interesse e a curiosidade dos estudantes sobre os patrimônios que levam à busca sobre a história do bairro, sob incentivo dos professores da escola. A placa que identifica que a pintura é um patrimônio pode levar a essa curiosidade.

**Figuras 11 e 12 - Trabalhos sobre o patrimônio do Cacique de Ramos e Cinema Olaria**

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff251028.htm>>. Acesso em: 14 set. 2022.



Trabalho sobre a importância e o resgate da história do Cacique de Ramos. Interessante o relato do aluno sobre o dia em que conheceu o Cacique de Ramos. Fonte: Acervo da Escola Municipal Chile.



Trabalho sobre a importância e o resgate da história sobre o cinema Olaria. Importante notar o texto mencionando o abandono do prédio e o desejo pela volta do Cinema. Fonte: Acervo da Escola Municipal Chile.

**Figuras 13 e 14 - Frente e verso do Boletim bimestral da memória da Escola Municipal Chile - exemplar de junho/julho de 2019 - Número 01**



Fonte: Acervo da Escola Municipal Chile.

#### 4.5 Monumento Pixinguinha

Qual a importância de ter um monumento do Pixinguinha perto da casa onde ele morava em Olaria, no subúrbio carioca? É comum encontrarmos na Zona Sul monumentos de "personalidades" próximos de suas residências ou em lugares que costumavam frequentar. Encontrar esses monumentos nas áreas centrais e em bairros da Zona Sul, principalmente em áreas próximas às praias, é corriqueiro e não causa estranhamento, mas não é comum encontrarmos nos subúrbios. O motivo para isso ocorrer não é por falta de personalidades que tenham qualquer reconhecimento com os subúrbios que, assim como Pixinguinha, viveram ou passaram momentos importantes de suas vidas nas ruas dos subúrbios cariocas. Por isso, volto novamente a pergunta: Qual a importância de ter um monumento do Pixinguinha perto da casa onde ele morava em Olaria, no subúrbio carioca? (Figura 15).

**Figura 15: Monumento Pixinguinha com intervenções dos moradores durante a pandemia da Covid-19, em 2021.**



Fonte: Acervo da autora.

Pixinguinha nasceu no Catumbi, onde passou sua infância, mas morou 30 anos de sua vida junto da esposa na rua onde hoje leva seu nome, a antiga rua Belarmino Barreto, em Ramos, porém é localizada muito próxima ao limite do bairro de Olaria. Por isso, teve muito de sua história marcada pelas ruas dos subúrbios da Leopoldina. A relevância de Pixinguinha e seu papel fundamental para a música brasileira é declarado. De forma que ficou conhecida a frase de Ary Vasconcelos, jornalista e crítico musical, sobre o músico: “Se você tem 15 volumes para falar de toda a música popular brasileira, fique certo de que é pouco. Mas, se dispõe apenas do espaço de uma palavra, nem tudo está perdido; escreva depressa: Pixinguinha”. Em 2000 o Dia Nacional do Choro foi instituído para ser celebrado todo dia 23 de abril, dia do nascimento de Pixinguinha, considerado patrono do Choro, e sua obra foi declarada Patrimônio Cultural Carioca através do decreto nº 25271 de abril de 2005.

Em 2016 foi inaugurado o monumento em sua homenagem ao lado da casa onde morou por tantos anos e em frente ao bar que frequentava, hoje chamado de Bar da Portuguesa (Figura 16). Foi retratado pelo cartunista e escultor Ique Woitschach da forma como ele costumava se sentar no bar a poucos metros de sua casa: de pijamas. O desejo de representar no espaço a importância do maestro Pixinguinha, que tem seu nome e suas obras reconhecidas nacional e internacionalmente, no bairro onde morou nos subúrbios do Rio de Janeiro foi demandado pelos próprios moradores do bairro. Foi um movimento de reconhecimento e o desejo de representar a importância histórica e a trajetória do Pixinguinha neste território, no subúrbio do Rio, e não apenas no centro da cidade. Pois já havia, desde 1996, um monumento do Pixinguinha na cidade, na Travessa do Ouvidor (e chamada por muitos de Travessa Pixinguinha). Lugar que também foi muito frequentado pelo músico.

**Figura 16- Monumento Pixinguinha e a fachada do Bar da Portuguesa**



Foto: Acervo da autora.

Atualmente acontece na praça Ramos Figueira, próximo ao monumento Pixinguinha e a casa em que ele morava, uma roda de Choro em todo terceiro domingo do mês. É realizado pelo Instituto Cultural Grupo 100% Suburbano, grupo formado por moradores de Olaria e bairros próximos que tem o objetivo de resgatar a memória do gênero musical de volta para a região da Leopoldina. O Grupo 100% Suburbano realiza seu trabalho há 10 anos e em 2018 a roda foi institucionalizada e reconhecida por meio da Lei 6336 que determina a criação do Reduto Cultural do Choro Alfredo da Rocha Vianna Filho - Pixinguinha na Praça Ramos Figueira, no bairro de Olaria. Portanto, representar o monumento de Pixinguinha em Olaria, bairro onde morou, carrega a importância de se representar no território sua relevância cultural, seu resgate à memória e instrumento de identificação. A estátua conta uma história e, por sua característica física, ela é contada no espaço. É fundamental que a história também esteja presente nos bairros suburbanos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA GEOGRAFIA DO PATRIMÔNIO A CONTRAPELO**

O trabalho de campo é um instrumento tradicional da ciência geográfica e representa uma potente ferramenta didática no ensino de Geografia. Quando elaborado sob a perspectiva do lugar a partir da dimensão do cotidiano, é capaz de reforçar o sentimento de pertencimento e identidade e aproximar os conteúdos da Geografia Escolar das diferentes realidades e dos cotidianos dos alunos representa um enorme ganho no processo de ensino-aprendizagem. O cotidiano é um processo formador de identidade cultural e social, a importância do estudante se reconhecer no espaço em que vive também gera o sentimento de se reconhecer enquanto sujeito político transformador do espaço e inconformado perante condições pré-determinadas e reforçar o exercício da cidadania. Pois o direito à cidade também representa o direito de transformá-la.

O espaço urbano e as cidades carregam ações da sociedade e são produtos dela, a partir da observação do bairro de Olaria é possível compreender dinâmicas da cidade, o trabalho de campo possibilita o exercício do olhar geográfico sobre o espaço e o cotidiano. A educação patrimonial deve ser feita de maneira dialógica, da visão do patrimônio enquanto um recurso; transformar o olhar sobre lugares de seu cotidiano. O patrimônio como recurso para que diferentes grupos sociais e historicamente excluídos também sejam representados no espaço e em seus patrimônios, como um enraizamento da memória. Um recurso para ser apropriado por eles a contarem sua própria história.

É importante que, ao final do trabalho de campo, se questione quais outras referências de bens culturais deveriam ser patrimonializados na visão dos alunos, quais patrimônios os representam para que se estabeleça a relação dialógica da educação patrimonial e o exercício da cidadania. A história contada pelos patrimônios hoje ainda é majoritariamente uma história hegemônica de dominação. Espera-se que as ideias expostas neste trabalho possam contribuir para o ensino e pesquisa da Geografia Escolar, a partir da desconstrução da ideia de uma cultura superior à outra e o exercício do olhar geográfico sobre o espaço, sobretudo no cotidiano, capaz de explorar as potencialidades do bairro de Olaria e demais áreas periféricas da cidade. É tempo de se escovar a Geografia dos patrimônios a contrapelo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Leonardo Reis. **Memória Familiar no Cacique de Ramos**. 121 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento)- Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003 Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss141.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ABREU, Maurício de A.. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

ALENTEJANO, P. R. R. e ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51-57. 2006.

AZAMBUJA, L. D. Trabalho de campo e ensino de Geografia. **Geosul**, v. 27, n. 54, p. 181-195, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o Conceito de História**. In: Obras Escolhidas Vol. 1 – Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORTOLOZZI, Arlêude. Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/157.htm>> Acesso em: 01 maio 2022.

BRÊDA, Lucas. Entenda como Fundo de Quintal e Cacique de Ramos transformaram o samba. **Folha de S. Paulo**, 19 nov. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/11/entenda-como-fundo-de-quintal-e-cacique-de-ramos-transformaram-o-samba.shtml>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CACIQUE DE RAMOS. Nossa história. Disponível em: <<https://caciquederamos.com.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CAIAFA, J.; FERRAZ, T. Comunicação e sociabilidade nos cinemas de estação, cineclubes e multiplex do subúrbio carioca da Leopoldina. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 24, p. 127-140, dez. 2012.

CARINO, João; CUNHA, Diogo. Sim, é o Cacique de Ramos In: **Geografia da Música Carioca**. Niterói: Muriqui Livros, 2014.

CASTRO, Livia Simões de. Percursos e geografia: uma reflexão sobre o trabalho de campo. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 87-96, jul./dez. 2020. Disponível em: <<http://cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/2959>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus, 2008.

CHRYSOSTOMO, M. I. J. Uma Copacabana perdida nos confins suburbanos? A ideia de balnearização do bairro de Ramos/RJ (anos 1920-1940). **Confins**, Paris, v. 39, p. 35-55, 2019.

DEMARCHI, J. L. O que é, afinal, a educação patrimonial? uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 140-162, 2018. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v13i25p140-162. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144337>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

DEMARCHI, J. L. Patrimônio-gerador: perspectivas de Paulo Freire no patrimônio cultural. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 71–83, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i2.8666577. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666577>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio**: Rio de Janeiro 1858-1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011

FERRAZ, Talitha. **Espectação cinematográfica no subúrbio carioca da Leopoldina**: dos “cinemas de estação” às experiências contemporâneas de exibição. 235f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura)–Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

FRAIHA, S.; LOBO, T. (Coord.). **Ramos, Olaria & Penha**. Rio de Janeiro: Fraiha, 2004.

FREIRE, Quintino Gomes. Fechado há mais de 20 de anos Cine Olaria vai reabrir muito mais chique e com apartamentos e academia. **Diário do Rio**, 04 jan. 2016. Disponível em: <<https://diariodorio.com/fechado-ha-mais-de-20-de-anos-cine-olaria-vai-reabrir-muito-mais-chique-e-com-apartamentos-e-academia/>>. Acesso em: 14 set. 2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999. 68p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LINS, A. Ferrovia e segregação espacial no subúrbio: Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, M. P.; FERNANDES, N. da N. **150 anos de subúrbio Carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj/ UFF, 2010.

MALTA, Pedro Paulo. **Vida - Pixinguinha**. Disponível em: <<https://pixinguinha.com.br/vida/>>. Acesso em: 14 set. 2022.

MELO, Victor Andrade de. Para o bairro, para o subúrbio, para a nação: a experiência náutica do Olaria Atlético Clube (Rio de Janeiro, 1915-1930). **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2021.

PACHECO, I. A.; VARGAS, I. A. de. Educação patrimonial: um recurso para alfabetização cultural no Ensino Fundamental - DOI 10.5216/ag.v3i1.6256. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 92-106, 2009. DOI: 10.5216/ag.v3i1.6256. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/6256>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

RIBEIRO, Rafael Winter et al. (Org.). Paisagem e Patrimônio na escola: instrumentos para a prática de uma educação cidadã. In: AZEVEDO, Daniel Abreu et al. (Org.). **Ensino de Geografia**: novos temas para a geografia escolar. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 75-96.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 3.009, de 18 de janeiro de 2000**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/2ed241833abd7a5b8325787100687ecc/719fc49a9c223b6c032576ac0072e799?OpenDocument>>. Acesso em: 14 set. 2022.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 4068 de 24 de maio de 2005**. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/2ed241833abd7a5b8325787100687ecc/c6fe074e6b988bf5032576ac0072ebbb?OpenDocument>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 25271 de 19 de abril de 2005**. Declara Patrimônio Cultural Carioca A Obra Musical de Pixinguinha. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108313/03DECRETO25271ObraMusicaldePixinguinha.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2022.

RIO DE JANEIRO (município). **Decreto nº 31565, de 11 de dezembro de 2009**. Determina o tombamento do imóvel situado na Rua Uranos nº 1326, em Olaria. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4122115/281DECRETO31565GremioRecreativoCaciquedeRamos.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

RIO DE JANEIRO (município). Instituto Pereira Passos. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal, por ordem de IDH, segundo os Bairros ou grupo de Bairros, no Município do Rio de Janeiro em 1991/2000**. Rio de Janeiro: IPP, 2004. Não paginado. Disponível em: <<http://www.data.rio/datasets/%C3%ADndice-de-desenvolvimento-humanoidh-municipal-por-ordem-de-idh-segundo-os-bairros-ou-grupo-de-bairros-nomunic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro-em-1991-2000->>. Acesso em: 29 abr. 2022.

RIO DE JANEIRO (município). Instituto Pereira Passos. **Bairros Cariocas**. Rio de Janeiro: IPP, 2018. Disponível em: <<https://www.data.rio/apps/bairros-cariocas/explore>>. Acesso em: 03 maio 2022.

SANTOS, Joaquim Justino dos; MATTOSO, Rafael; GUILHON, Teresa. **Diálogos suburbanos**: identidades e lugares na construção da cidade. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2020. p. 313-339.

SOUSA, Raquel Gomes de. As Salas de Cinema no Subúrbio Carioca do Século XX. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 127-142, 2015.

VITAL, Pedro Paulo. **História do Alçapão da Bariri.** Rio de Janeiro: Libertad Editora, 2021.

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: Iphan, 2014  
Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2022.